

Em 2022, a Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED) apresentou calendário anual contemplando datas específicas para realização de HP (Hora pedagógica). Uma vez por mês há esse encontro. E uma das oportunidades de HP, estudei em grupo o texto “As experiências sociais disputam a vez do conhecimento” – assinado por Miguel G. Arroyo, considerado um dos arautos na atualidade sobre a área da Educação do Campo. Segue a abaixo, alguns registros da resenha crítica produzida no encontro do mês de fevereiro.

Logo nas primeiras linhas do texto – dedicado a tecer reflexões substanciais à prática pedagógica e professoral –, é perceptível que o eixo estudado na 1ª Unidade Letiva da Escola Municipal Carlos Marighella, intitulado: “O campo e as histórias de vida”, está bem “contemporizado”. Ou seja, esse eixo dialoga com projetos e tendências de coletivos de profissionais, cientistas da educação e da academia, que são considerados a urgência do momento.

Urgência de um momento que tem sido bastante longo. Vejamos, diminuir os abismos entre teoria e prática. Ir além do senso comum. Avaliar se a seguinte hierarquização/“equação” do conhecimento é preconceituosa: Conhecimentos nobres (produzidos nas universidades) > Conhecimentos elementares (produzidos no chão das escolas)?

Ainda no início da leitura e discussão em grupo, questionamos se há ou não a condição mínima de trabalho. Isto é, se a condição de trabalho dos professores, de modo geral, ajuda para que eles possam fazer ciência, sistematizar saberes produzidos no chão da sala de aula, sistematizar as experiências dos alunos, em resumo, trabalhar com o “material vivo” do dia, as experiências sociais. Tudo isso, com o mesmo tempo de hora/aula (200 h/a) e sem deixar de aplicar seus planejamentos para turmas.

Outro ponto do texto aponta que injustiça social gera injustiça cognitiva. Daí surgiu outra questão, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) vai se impor à produção científica do professor a partir das experiências sociais com os educandos? Em outras palavras, a BNCC não dá conta de abarcar todas as realidades possíveis e todos os educandos do país. E não seria raro um professor pesquisar na própria turma em que leciona, ou na comunidade escolar em que está inserido, demandas prementes que exigem instrumentos pedagógicos, habilidades e objetos do conhecimento que a BNCC sequer contempla.

Arroyo sugere entender o conhecimento como plural e não de forma hierárquica. Nesta altura, questionamos se as provas que vêm de fora para a nossa escola – assim como acontece em qualquer rede municipal – são contributivas ou deliberativas? São elas diagnósticas – como dizem ser – ou são prescritivas?

OS CURRÍCULOS DESPERDIÇAM AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

Nesse tópico, outra reflexão imensamente importante. Talvez a mais. O currículo pode ser considerado rico se descolado das vivências dos educandos? Afinal, se, conforme defende Arroyo, a base de todo saber é a experiência social, os currículos superficiais, artificiais, se tornam pura perda de tempo, de energia, de trabalho, de dinheiro e a caríssima paciência dos professores quando se veem diante de propostas para se enxugar gelo.

Conclui Arroyo que os currículos são indícios das tensões SPEC (sociais, políticas, econômicas e culturais) postas na sociedade. Portanto, as normativas acabam distanciando o ensino em relação à pluralidade do conhecimento.

OFICINAS COM OS PROFESSORES

Nossa resenha segue dialogando com Arroyo que dá a entender que desperdiçar experiência social significa a quebra de princípio epistemológico e provoca pobreza de conhecimento. Não existe – e é desinteressante, desmotivador – o conhecimento produzido fora da experiência social dos alunos e dos mestres.

O conhecimento tem sentido quando tenta responder as indagações mais profundas dos mestres e educandos. Afinal, o que é que desestabiliza o viver dos nossos educandos? Os interesses dos alunos e das famílias, suas sobrevivências, são minimamente garantidos no Brasil atual? E qual recorte desse atual?

Arroyo entende que o princípio epistemológico também é político e pedagógico. Logo, os desenhos dos currículos não são neutros e se submetem aos interesses SPEC.

Desse modo, compreender o currículo enquanto território de disputa é atitude fundamental. Defendemos uma visão mais ampla do currículo, no sentido de incrementar as experiências sociais mais determinantes da vida dos educandos.

E para finalizar, é óbvio que como intelectual conservador como me vejo e pretendo melhorar, sei ouvir essas reflexões de cientista da educação que em muito difere do que acredito ser o melhor. Daí sigo a linha de Victor Sales Pinheiro, Paulo Francis, Adélia Prado, Otto Maria Carpeaux, Roger Scruton, Olavo de Carvalho, Pascal Bernardin e tantos outros.